

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzi Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>


CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>

CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha


Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel


Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM
MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO
INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPETIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Data de aceite: 02/05/2022

Camila Álvaro Mussa Napuanha

Mestranda em MBA

RESUMO: O debate sobre a posição de endividamento do setor público envolve, antes de tudo, a análise da restrição orçamentária (de longo prazo) do governo. Como tal restrição compreende os valores presentes de toda a evolução de despesas e receitas, de modo que o valor presente dos gastos públicos, deve ser menor ou igual à soma da sua riqueza inicial (ou dívida a pagar), mais o valor presente dos tributos a receber (descontadas as transferências). A imposição da condição de transversalidade com igualdade garante, portanto, que o valor presente dos superávits primários seja igual ao valor da dívida, conforme havíamos anunciado. Em um mundo sem incerteza, a condição de sustentabilidade da dívida pública é exatamente aquilo que se pode esperar que o governo em algum momento do tempo arrecade o suficiente não somente para pagar seus gastos correntes, mas também para honrar seus compromissos acrescidos dos devidos juros. Segundo Lakatos (1997), este tipo de pesquisa consiste na análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos, manuscritos, revistas, dissertações, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da capacidade de Moçambique contrair dividas

ABSTRACT: The debate over the indebtedness

position of the public sector involves, above all, the analysis of the (long-term) budget constraint of the government. As such restriction comprises the present values of the entire evolution of expenses and revenues, so that the present value of public spending must be less than or equal to the sum of your initial wealth (or debt payable), plus the present value of taxes receivable (less transfers). The imposition of the condition of transversality with equality guarantees, therefore, that the present value of the primary surpluses is equal to the value of the debt, as we had announced. In a world without uncertainty, the condition of public debt sustainability is exactly what can be expected: that the government will, at some point in time, raise enough not only to pay its current expenses, but also to honor its commitments plus the interest due. According to Lakatos (1997), this type of research consists of the analysis and interpretation of books, periodicals, legal texts, documents, manuscripts, magazines, dissertations, among others.

KEYWORDS: Analysis of Mozambique's capacity to contract debt.

1 | INTRODUÇÃO

O endividamento público constitui uma das principais questões de debate em Moçambique ao longo da última década, com destaque para os últimos cinco anos. Dada a relevância do tema para o País e a necessidade de produzir conhecimento sistemático para alimentar o debate público e influenciar as políticas públicas, o IESE integrou as questões

sobre a dívida pública nas suas linhas de investigação.

A abordagem dos rácios de sustentabilidade da dívida, conduzida pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), constitui um método dominante na análise sobre a dívida pública. Estes rácios permitem avaliar o risco de, a longo prazo, a economia do País devedor sofrer perturbações resultantes da sua dívida externa.

A actual crise da dívida e a descoberta das dívidas ilícitas tem trazido este tema novamente para o centro do debate.

A dívida pública tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos e acompanhada pela mudança no padrão da dívida, isto é, de dívida concecional para dívida comercial. Consequentemente, surge uma grande preocupação em estudar os efeitos macroeconómicos advém da dívida pública.

Existência de poucos estudos empíricos e desagregado para o caso de Moçambique. O estudo procura avaliar os efeitos macroeconómicos da dívida pública (externa e interna) e do serviço da dívida (externa e interna) sobre o produto interno bruto real, nível geral de preços, taxa de cambio, taxa de juros de bilhetes de tesouro, e a taxa de juro prime lending.

O estudo argumenta que, de uma forma geral, tendo em conta a estrutura económica de Moçambique, o uso da dívida pública como estratégia para estimular a economia tem efeitos macroeconómicos negativos no longo prazo, e os poucos efeitos positivos do curto prazo são insignificantes. O governo deveria repensar a sua estratégia de financiamento.

Sustentabilidade das finanças públicas é normalmente sinónimo de sustentabilidade da dívida pública capacidade de um governo pagar o serviço da sua dívida pública.

No entanto, esta opção de política conduziu a dívida pública para um nível insustentável, agudizado com a descoberta das dívidas ilegais, entre 2014 e 2016, que mergulhou o País numa profunda crise da dívida. Associado à dinâmica da dívida pública, entre outros factores, o crescimento económico desacelerou, tendo a economia, nos últimos três anos (2016-2018), crescido em média, cerca de 3,5 % por ano.

Este artigo tem como a sustentabilidade da dívida pública do Mercado de Capitais em Moçambique: seus desafios e perspectivas no sistema financeiro internacional, onde tem como objectivo fazer uma reflexão à volta das dinâmicas de endividamento público em Moçambique contraído nos últimos anos.

Estas avaliações são úteis de um ponto de vista financeiro. No entanto, os países em desenvolvimento só vêm a sustentabilidade da dívida como totalmente positiva se fornecer financiamento suficiente para cumprir os seus objectivos nacionais gerais de desenvolvimento.

Abordar a questão da dívida pública é relevante pois altos níveis de endividamento público comprometem os objectivos de desenvolvimento do País porque usam parte significativa dos recursos para servir a dívida.

2 | CONCEITO TEÓRICO

Para Castel Branco (2010), a “sustentabilidade da dívida” é como a capacidade de um país para cumprir as suas obrigações da dívida sem requerer alívio da dívida ou acumular atrasados.

Para avaliar este tipo de sustentabilidade da dívida desenvolveram-se três principais metodologias internacionais – Análises do Alívio da Dívida para os Países Pobres Muito Endividados (PPME), o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixa Renda (QSD-PBR) e o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Renda Média (QSD-PRM), todas elas envolvendo o empreendimento de projeções de empréstimos planeados e variáveis económicas durante um período máximo de 20 anos e depois usando rácios que comparam o stock da dívida, o valor actualizado ou o serviço com o PIB, as exportações ou as receitas orçamentais para avaliar a capacidade de pagamento. Para uma discussão dos rácios e limiares de sustentabilidade usados nas metodologias PPME e QSD PBR.

Para Chivulele (2016), dívida pública de um país é considerada sustentável se:

A restrição orçamentária do governo pode ser satisfeita sem ruptura nas políticas monetária e fiscal. Como vamos esclarecer ao longo do capítulo, isso implica que o valor da dívida pública não deve ser superior ao valor presente de todos os superávits primários futuros (pp. 113-139).

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), a Dívida Pública compreende as obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, acordos e realização de operações de crédito.

Nos termos do n.º 2 do artigo 56 da mesma lei, a Dívida Pública divide-se em:

- a) Dívida Interna, a que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domiciliadas no país, cujo pagamento é exigível dentro do território nacional; e
- b) Dívida externa, a que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais, ou outras entidades de direito público ou privado, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional.

O requerimento que fazemos quanto à não ruptura das políticas monetária e fiscal é crucial aqui. Em última análise, podemos escrever a restrição orçamentária do governo, admitindo circunstâncias em que o default (não pagamento) ou a monetização da dívida ocorrem de forma que garanta a consistência formal das expressões matemáticas. Como veremos, nesse caso, as expressões matemáticas deixam de representar uma verdadeira restrição orçamentária para se tornarem equações de apreçamento que respondem à pergunta:

qual o valor hoje de uma dívida que em determinadas circunstâncias claramente identificadas não será paga em sua totalidade?

Equações de apreçamento permitem que dois ativos com “promessas de pagamentos contratuais” idênticas possuam preços de mercado distintos. Subjacente à diferença de preços está a percepção por parte dos indivíduos de que algumas das promessas contratuais não serão cumpridas. Já uma equação que represente a restrição orçamentária na discussão de sustentabilidade pressupõe o total pagamento dos valores contratualmente estabelecidos. Este último é, portanto, o conceito relevante para a definição de sustentabilidade.

Além da crítica apresentada por Ossemane (2010), Castel-Branco & Massarongo (2016) consideram que a abordagem dos limites de sustentabilidade da dívida é falaciosa. Estes autores apresentam duas razões. Primeira razão, a estrutura da economia pode tornar estes rácios em indicadores inadequados para medir a capacidade real da economia para servir a dívida. Por exemplo, uma economia que produz riqueza, mas não retém a riqueza produzida. Segunda razão, a sustentabilidade é politicamente definida, pois, por um lado, refere-se à capacidade política do Governo para impor austeridade em outras despesas para pagar a dívida e assegurar os retornos acordados com os credores e, por outro lado, reflete escolhas entre priorizar a satisfação dos credores e especuladores financeiros de acordo com as suas expectativas.

Segundo Castel-Branco & Massarongo (2016), o conceito de sustentabilidade da dívida foi o instrumento mais usado pelo Governo para rebater as críticas e os alertas sobre as tendências e dinâmicas do crescimento exponencial da dívida pública. Com base neste instrumento, o Governo argumentava que o País se encontrava dentro dos limites de sustentabilidade fiscal da dívida, justificando, desta forma, o contínuo recurso a dívida como mecanismo de financiamento dos seus programas de desenvolvimento.

A relação direta entre sustentabilidade e o valor presente dos resultados fiscais do governo deixa a impressão de que a determinação da sustentabilidade pode ser feita de forma objetiva, livre de qualquer ambiguidade. Infelizmente, não é esse o caso. Na prática, não sabemos quais serão os resultados primários futuros ou mesmo a taxa por que esses resultados serão descontados. Além disso, sendo o resultado primário do governo uma variável de escolha, qualquer inferência acerca de suas futuras realizações requer a formação de crenças relacionadas não somente à capacidade de sua geração, mas também à disposição do governante de produzi-lo.

Para entendermos o termo sustentabilidade da dívida, começaremos a discuti-la em um mundo determinístico, no qual uma dívida é dita sustentável quando o valor presente do fluxo futuro de receitas menos despesas do devedor é suficiente para pagar tudo o que está contratualmente definido.

Note que, mesmo com essa especificação extremamente simples, algumas questões precisam ser esclarecidas. Em primeiro lugar, a ênfase nos valores especificados no contrato (ou título) é fundamental, no sentido de que queremos evitar a circularidade associada à utilização do valor de mercado. Em segundo, na maior parte do que se segue

consideraremos dívida em termos reais, já que o nível de preços pode ser visto como uma variável de ajuste no valor da dívida e criar circularidade semelhante a referente ao uso do valor de mercado quando se trata da dívida pública, como voltaremos a discutir mais adiante.

Avaliações de sustentabilidade buscam deixar claro, a natureza do conceito de sustentabilidade impede a definição de uma medida objetiva que determine se uma dívida é sustentável. O que os testes que vamos apresentar pretendem produzir, portanto, são indicadores capazes de auxiliar a formação de crenças sobre a trajetória futura de superávits, suas associadas taxas de desconto e sua compatibilidade com a satisfação da restrição orçamentária do governo.

É costumeiro analisar a situação fiscal do governo de um país com base em sua relação dívida/PIB. São muitas as razões por que este único dado pode ser um indicador importante de solvência. Em primeiro lugar, o valor da dívida per se pouco quer dizer se não soubermos o tamanho da economia, já que o valor dos superávits potenciais depende, entre outras variáveis, do total de recursos que essa economia é capaz de produzir.

Além disso, toda avaliação de sustentabilidade requer a formação de crenças acerca da capacidade do país de fazer o necessário sacrifício para gerar os superávits que garantam que seja satisfeita. O real custo desse sacrifício depende diretamente de que proporção da riqueza será empregue para esse fim.

Seus desafios e perspectivas

O Banco de Moçambique enfatiza que a dívida pública foi largamente utilizada para apoiar o complexo mineral energético, as suas infraestruturas e sistemas de defesa e segurança, bem como para o financiamento e o envolvimento das oligarquias nacionais emergentes no controlo e exploração das riquezas energéticas e minerais do País, em conjunto com o grande capital multinacional. Esta foi, apenas, uma opção de classe, e não uma necessidade imperiosa da nação, e nunca foi o único caminho ou opção disponível ou possível, tendo sido escolhida por ser a que mais rapidamente atrairia capital multinacional em larga escala para financiar a emergência de oligarquias nacionais.

Massarongo (2010) refere que:

As consequências desta opção são profundas e estruturantes à economia, tornou-se mais afunilada e desarticulada e menos variada, mais vulnerável aos mercados financeiros e de mercadorias e aos seus choques cíclicos, mais dependente de dívida, mais cara, menos capaz de crescer sustentavelmente e mais especulativa (p. 114).

No período 2010-2014, a economia viveu numa bolha especulativa que expandiu e implodiu (retração do investimento, desaceleração do crescimento e redução do emprego), depois de ter explodido (crise de dívida). As capacidades físicas criadas com recurso à dívida não podem facilmente ser reorientadas para outras dinâmicas económicas e sociais,

porque a dívida foi usada para financiar projectos caros e pouco úteis para a economia como um todo (como a ponte da Catembe, o aeroporto de Nacala, os Jogos Africanos, o estádio nacional do Zimpeto), projectos ligados ao complexo mineral energético (infraestruturas, segurança, serviços especializados e financiamento directo de oligarcas nacionais), entre outros. O futuro macroeconómico do País, incluindo a sua capacidade de honrar a dívida, foi colocado na dependência das expectativas sobre o complexo mineral-energético, ou dos termos da reestruturação e cancelamento da dívida.

Se o crescimento exponencial da dívida constituiu, ou não, um problema depende do tamanho e estrutura da economia, da estrutura e das causas da dívida, da sua aplicação, dos termos de reembolso e das consequências macroeconómicas. Há países com stocks de dívida mais elevados que os de Moçambique e que continuam a contrair dívida, porque as suas economias acomodam o endividamento e a sua capacidade produtiva expande de modo a sustentar o serviço de dívida sem incorrer em crises.

No caso de Moçambique, a economia nacional é muito vulnerável, sobretudo quando exposta tão abruptamente aos mercados financeiros internacionais, pela sua dependência de importações, para o consumo e para investimento, e de um pequeno número de produtos primários para exportação, para mercados voláteis e com elevadas taxas de substituição de produtos. Portanto, quando a economia expande, as importações tendem a crescer mais rapidamente que as exportações. O endividamento rápido resulta desta dinâmica de dependência e consolida-a. A par do aumento significativo do défice da conta de rendimentos, no mesmo período o valor das exportações contraiu por causa da queda dos preços dos produtos primários, e as importações aumentaram em linha com a expansão da economia. A crise da balança de pagamentos é mascarada pela entrada de capitais externos, numa primeira fase, mas revela-se quando a economia começa a servir a dívida.

Para além disto, o stock de dívida oficialmente declarado poderá ser inferior ao stock de dívida efectivo. O stock de dívida reportado, pela Direcção Nacional do Tesouro e nas contas do Estado, é calculado com base nos desembolsos feitos e não nos empréstimos contraídos pelo governo no ano em causa. Por exemplo, o empréstimo da Circular de Maputo foi contraído em 2012, mas a dívida foi sendo registada nos anos seguintes, à medida que os desembolsos ocorriam. Há grandes projectos em curso, como a ponte Maputo-Catembe, cujos empréstimos ainda não foram totalmente desembolsados.

Logo o actual stock de dívida pública efectivo pode chegar a 14 mil milhões de USD. Onde irá o governo buscar recursos para fazer face ao serviço da dívida? Num contexto em que o investimento em diferentes sectores sociais é inferior às necessidades básicas, quais serão as possibilidades, os limites e o impacto de cortes na despesa pública para fazer face à dívida? A experiência europeia revela como a dívida pública, contraída para salvar capital financeiro privado, acaba pesando sobre a segurança social, a educação e a saúde: o governo português cortou 40% das despesas do sector nacional de Saúde,

entre 2010 e 2014, para conseguir financiar os encargos da dívida do sector financeiro sem entrar em crise de dívida; o governo britânico, por seu turno, cortou £150 mil milhões na saúde, educação e segurança social nos últimos 5 anos, pelas mesmas razões. No caso de Moçambique, o governo já anunciou cortes em despesas não essenciais, algumas privatizações de activos públicos e outras medidas.

A dívida pública tornou-se a segunda maior fonte de investimento na economia, o que faz dela um indicador das principais direções que a economia vai seguir no futuro. Em Moçambique, mais de 60% do crescimento da dívida pública está ligado ao financiamento de grandes projectos de infraestruturas e serviços, em linha com as dinâmicas do investimento privado, compra de equipamento de defesa e segurança, e construção de edifícios públicos. Estes projectos servem o grande capital que explora os recursos naturais, sem ligação com o desenvolvimento de uma base produtiva mais ampla: a Proindicus, a EMATUM e a MAM, ligados ao gás e à defesa costeira, totalizam 2,2 mil milhões de USD; o aeroporto de Nacala, a zona económica especial de Nacala, a terminal de carga do porto da Beira, os projectos de transporte de energia Chimuara-Nacala e a linha de transmissão Caia-Nacala, que totalizam 1,2 mil milhões de USD, estão ligados à exploração e exportação de carvão; a ponte Maputo Catembe e a circular de Maputo, que totalizam mil milhões de USD, visam melhorar a circulação de viaturas e o descongestionamento da cidade Maputo, que não tem um sistema funcional de transporte público. A maioria destes projectos não enfrenta os principais problemas da economia, como o afunilamento da base produtiva e a incapacidade de substituir importações e de gerar empregos decentes em grande escala, mas alimenta o carácter extrativo da economia, concentrando-a à volta do seu núcleo extrativo (o complexo mineral energético e outras mercadorias primárias para exportação), e exacerbando as suas tendências para a especulação financeira e imobiliária.

Estas questões mostram que as dinâmicas da dívida pública reproduzem e são o resultado das vulnerabilidades da economia e tendem a gerar novo endividamento, além de revelarem os limites que o endividamento impõe sobre as possibilidades de transição para uma base produtiva diversificada e articulada, orientada para a melhoria das condições de vida da maioria dos moçambicanos. A dívida elevada e cara limita as possibilidades de intervenção do Estado em sectores sociais fundamentais, coloca pressões sobre a economia e, dentro do quadro de gestão macroeconómica utilizado, conduz a políticas monetárias restritivas que encarecem e dificultam ainda mais o acesso a financiamento para as pequenas e médias empresas nacionais. Os elevados encargos da dívida obrigam ao endividamento doméstico como forma de financiamento do Estado, o que aumenta o custo do capital, limitando o financiamento e tornando a dívida mais cara. As potenciais receitas futuras dos recursos estratégicos nacionais já estão hipotecadas com a dívida e com o investimento nesses sectores, o que limita as possibilidades de aproveitar tais recursos para construir uma economia não dependente, de base alargada, diversificada e articulada, que possa substituir importações, criar empregos decentes e melhorar as

condições de vida dos trabalhadores.

Numa comunicação à Nação, o atual Primeiro-Ministro (PM) Carlos Agostinho do Rosário disse:

A economia moçambicana está a atravessar um momento atípico, depois de vários anos de sólido crescimento económico. Pelo contexto do discurso, entende-se que a explosão e implosão da bolha económica, ou crise económica, são momentos incharacterísticos das tendências e dinâmicas da economia nos últimos anos.

Numa perspectiva de crise na sustentabilidade da dívida pública do Mercado de Capitais em Moçambique, a política económica vai mudar de rumo, com foco na atracção de mais capital externo e na sua ligação ao capital oligárquico doméstico emergente, para um com foco em medidas excepcionais de controlo dos défices. Quais poderão ser as opções? De entre várias possibilidades, os debates e as tensões centrar-se-ão em torno das seguintes opções ou de uma combinação delas, dependendo da intensidade e articulação da luta social e política sobre a produção e distribuição do rendimento e sobre quem paga e quem beneficia com o processo de ajustamento:

1) Cortes nas despesas sociais (segurança social, saúde, educação, transportes públicos, segurança pública, subsídios a preços de bens e serviços básicos, etc.), acompanhados pela privatização, mais ou menos ao desbarato, dos serviços e empresas públicos e dos recursos naturais, gerando novas esferas de lucro privado, reduzindo o acesso dos cidadãos aos serviços e a soberania do Estado sobre os activos e recursos públicos. Dados os níveis de pobreza e as privatizações massivas ocorridas desde os anos 1990, as margens para cortes nas despesas sociais e para privatizações são pequenas. Além disso, estes tendem a agravar a pobreza e a desigualdade social, com o risco de causar crises e tensões sociais. É provável que o processo de entrega do que resta das empresas públicas e dos activos fixos do Estado como a terra e os recursos do subsolo ao capital internacional e oligarcas nacionais seja acelerado, como forma de conversão de dívida em liquidez para satisfazer as necessidades fiscais do Estado a curto prazo. Estas medidas estão entre as favoritas do FMI e do complexo financeiro global, que as impuseram na Grécia e no resto da periferia europeia, em outras zonas de África e na América Latina, pois protegem interesses financeiros de curto prazo. É por alternativas a este tipo de abordagem que será necessário lutar em Moçambique.

2) Cortes nas mordomias dos dirigentes públicos e em algumas despesas correntes do Estado. Seria uma medida popular e simbólica, respondendo à percepção popular de que é o “despesismo estatal” que cria a crise, e afirmando um governo sensível e comprometido com as preocupações dos cidadãos. No entanto, libertaria uma quantidade limitada de recursos para enfrentar a crise à escala da economia. Isoladamente, esta medida não resolve o problema, mas pode ajudar a credibilizar o governo e a moralizar a sociedade.

3) Redução drástica do pessoal do aparelho de Estado. As despesas salariais

correspondem a 40% da despesa pública total, pelo que a margem de ajuste financeiro é grande. No entanto, o grosso deste pessoal está em serviços públicos essenciais, como na saúde, na educação e na polícia. Cortes significativos neste pessoal teriam por impacto a redução da cobertura e a deterioração da qualidade do serviço prestado, conduzindo a uma possível crise mais severa dos serviços públicos. Tal crise teria um impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos grupos sociais de baixo rendimento, que constituem a maioria da população, pois estes são os que mais dependem dos serviços públicos. Além disso, o Estado é o maior empregador e há poucas opções alternativas de emprego. Portanto, outro impacto imediato de cortes drásticos no pessoal do aparelho do Estado seria o desemprego. Combinando o desemprego e a deterioração dos serviços sociais, esta medida conduziria ao aumento significativo da pobreza. Esta é outra abordagem favorita do FMI e dos mercados financeiros, mas uma das que mais resistência enfrenta, por parte das classes trabalhadoras e do governo, por causa das suas implicações políticas, sociais e económicas.

4) Combate à corrupção. É difícil destringir “corrupção” daquilo que é a lógica de acumulação primitiva de capital (sem a qual não existe capitalismo). Até que ponto é que a legislação e as práticas políticas, que permitem a expropriação sistemática do Estado em favor da acumulação de capital privado, são definíveis como corrupção? O que distingue o caso de um agente do Estado que aproprie fundos públicos em benefício pessoal e o caso de outro agente público que se aproprie de recursos estratégicos públicos (minérios diversos, hidrocarbonetos, terra, infraestruturas e, até, do espaço de endividamento público) e os entregue a corporações multinacionais e oligarcas nacionais? Dependerá, a legitimidade do acto, de o governo do dia o ter ou não autorizado, ou de o agente ter o percurso histórico ou laços familiares ou outros que o habilitem a expropriar o Estado? Nestas circunstâncias, quem irá fazer o combate à corrupção, a qual corrupção e como? Qual será o impacto político, económico e social desse combate? Quanto maior for o problema mais resistência haverá, pois mais haverá a perder. Por exemplo, o debate sobre a EMATUM foi condicionado pelo argumento de que se trata de um projeto de defesa e segurança nacional, o que justifica a sua opacidade. O mesmo argumento foi, recentemente, usado para os casos do Proindicus, do MAM e do empréstimo para o Ministério do Interior. Estes quatro projectos, financiados por dívida comercial externa com altas taxas de juros e curtos períodos de maturação, não foram submetidos ao parlamento para aprovação, nem, no caso dos últimos três, estavam inscritos no orçamento do Estado (portanto, são ilegais). No entanto, representam mais de 2,2 mil milhões de USD de dívida pública (15% do PIB), embora apenas se conheça a alocação de um sexto desses fundos. Esta acção, que lesou o Estado e os cidadãos económica, financeira e politicamente, pode ou não ser considerada corrupção? Quando o novo governo assume estas dívidas e encarrega os cidadãos de as pagar, estará a proteger corrupção ou um modo lógico de capitalização das oligarquias nacionais? O combate à corrupção é uma linha de acção a seguir, que, no entanto, só terá

credibilidade e fará sentido se esclarecer as questões centrais (afloradas acima) e focar-se nelas. Para credibilizar o governo actual seria importante iniciar a investigação rigorosa dos empréstimos ilegais e secretos assumidos pelo anterior governo e desencadear acções em várias frentes: corrigir o sistema de planificação e avaliação de projectos, de gestão das finanças públicas e de tomada de decisões; melhorar o sistema de prestação de contas do executivo, incluindo os mecanismo de controlo das suas acções pelo parlamento; e, se suficiente evidência for encontrada, investigar e processar judicialmente os responsáveis de alto nível suspeitos de envolvimento nestes crimes financeiros contra a estabilidade do Estado, a democracia e o desenvolvimento.

5) Cortes drásticos no investimento público (suspensão ou, mesmo, cancelamento de projectos). Tais cortes poderão ter quatro implicações imediatas: redução da actividade ou paralisação de projectos em curso, cancelamento de projectos aprovados, redução das expectativas e possível fuga de investidores e especuladores e a redução e possível desaparecimento de uma das principais bases de acumulação primitiva das oligarquias financeiras emergentes em Moçambique, nomeadamente a sua associação privilegiada com multinacionais e com os contratos do Estado. Cortes nos projectos de viabilidade ou prioridade duvidosa – EMATUM, Proindicus, MAM, ponte da Catembe, e outros megaprojectos que favorecem aplicações financeiras e especulação imobiliária, mas que não servem a economia como um todo, podem beneficiar a economia, libertando recursos existentes para opções mais adequadas do ponto de vista económico e social, e travando as tendências de endividamento público descontrolado. Se estes projectos estiverem ligados a interesses poderosos, que tenham decidido sobre a sua implementação e deles beneficiem, apesar da sua viabilidade social duvidosa, poderá ser difícil cortá-los. Nesse caso, o governo poderá ser obrigado a optar pela austeridade social, com impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos comuns e nas opções económicas e sociais futuras. A luta em torno destas questões está a ser travada em Moçambique e em outros países, pois esta é uma área de contestação e tensão constantes (as prioridades, os beneficiários e os que perdem). As opções não são socialmente neutras nem necessariamente pacíficas e consensuais. A revisão, reestruturação e reorientação do investimento público é uma área de vital importância para a recuperação e transformação da economia.

6) Renegociação parcial ou total da dívida, reestruturando-a ou transferindo o problema para o futuro. A dívida da EMATUM foi reestruturada, com uma emissão de títulos de dívida de prazo mais longo, com as taxas de juro mais altas do mercado financeiro internacional, concentrando o pagamento do capital numa única prestação no final, em 2023. Nos próximos sete anos, o Estado terá que mobilizar cerca de 1,4 mil milhões de USD para pagar o empréstimo de 850 milhões de USD mais os juros, excluindo tanto os prejuízos operacionais da empresa (20 milhões de USD, só em 2015), como as implicações dos titulares da dívida exigirem um novo acordo, que lhes seja mais favorável, depois de descobertos os empréstimos secretos. Portanto, embora alivie a pressão de curto e

médio prazo sobre o serviço da dívida, pois o capital só será amortizado no fim do período, o acordo de reestruturação tornou este empréstimo mais caro. Além disso, o serviço de dívida dos empréstimos secretos (Proíndicus, MAM e Ministério do Interior) anula quaisquer ganhos de curto e médio prazo que possam ter sido alcançados com o reescalamento e reestruturação da dívida da EMATUM. Espera-se que os rendimentos futuros dos megaprojectos de hidrocarbonetos permitirão reembolsar estas dívidas até 2023. Porém, não só não se sabe quando e nem quanto rendimento vai ser gerado com o carvão e gás como se desconhece a capacidade política do Estado de colectar impostos dos rendimentos de capital, mas, seja qual for o rendimento desses projectos, parte substancial, ou o todo, de qualquer receita fiscal que possa vir a ser colectada já está hipotecada com a dívida corrente, havendo vários compromissos financeiros grandes em concorrência pelos mesmos fundos. Quais serão as prioridades? Qual será o benefício para a economia, como um todo, e para o cidadão comum? Que capacidades terá a economia criada, com a exploração de tais recursos, para impulsionar o seu desenvolvimento quando os recursos não renováveis estiverem esgotados? No caso europeu, os Estados resgataram a banca e geraram a crise económica global. No caso moçambicano, o Estado capitalizou as oligarquias rendeiras e especuladoras nacionais, com apoio do sistema financeiro global resgatado pelos Estados europeus, utilizando a estratégia de investimento público no núcleo extractivo da economia, na especulação imobiliária e no armamento, a porosidade económica, as parcerias público-privadas, a privatização barata dos recursos estratégicos públicos e a avaliação de dívida privada em grande escala, o que, no conjunto, gerou a maior crise económica e financeira do último quarto de século no país. A renegociação da dívida (cancelamento parcial e reestruturação) será útil se for para libertar recursos para uma estratégia de diversificação e articulação económica e alargamento da base social de desenvolvimento. Se o seu objectivo for limitado a estabilização fiscal, o risco será o agravamento da dependência externa e consolidação do ciclo e do vício da dívida. A reestruturação da dívida terá que ser global, com dois enfoques: o cancelamento da dívida ilegal, concentrada na avaliação de empréstimos externos a empresas privadas; e a reestruturação da restante dívida como parte de um pacote de reorientação do investimento público e da estratégia de desenvolvimento e mobilização de receitas fiscais, especialmente as receitas directas sobre o rendimento do grande capital.

7) Reorientação estratégica da política de mobilização de recursos e de despesa pública, do seu actual foco em promover e subsidiar multinacionais e os seus parceiros nacionais (incentivos fiscais redundantes, parcerias público privadas, expropriações a baixo custo, endividamento público para financiar a base infraestrutural e logística das multinacionais, financiamento directo a empresas de oligarcas nacionais, etc.), para uma abordagem tendente a diversificar a economia e focar nas grandes questões que afectam a maioria pobre do país: emprego decente, acesso a bens básicos (em especial, comida) de qualidade e a baixo custo, educação e formação, desenvolvimento dos serviços públicos e

da segurança social, criação de capacidade de substituição de importações e diversificação das exportações. Este enfoque é contrário às práticas correntes de ajustamento neoliberal e às características actuais do sistema social de acumulação em Moçambique. Este é um caminho para evitar os piores efeitos da explosão e da implosão da bolha económica e sair da armadilha da dívida, mas requer a renegociação da dívida, o fim da especulação financeira e o empenho em criar dinâmicas de acumulação assentes na economia real e no emprego decente. Sem desafiar e desempoderar as oligarquias nacionais e internacionais será impossível gerar uma economia de bem-estar para o conjunto da sociedade.

Perspectivas no sistema financeiro internacional

Antes das recentes revelações sobre a dívida secreta, a dívida pública moçambicana já vinha crescendo exponencialmente. Excluindo a dívida secreta, entre 2006 e 2015 a dívida pública total triplicou, passando de 3,5 mil milhões de USD para mais de 10 mil milhões de USD. A dívida comercial aumentou oito vezes, de 300 milhões de USD para 2,4 mil milhões de USD. O motor do crescimento da dívida pública foi a dívida comercial (mais cara, de mais curto prazo e mais difícil de renegociar), que cresceu 13 vezes mais depressa que o PIB e chegou a 34% da dívida pública total. Em 2015, a dívida não secreta já era 67% do PIB (contra 39% em 2008), claramente para além dos limites de sustentabilidade macroeconómica.

Os empréstimos secretos amplificaram um problema que já era preocupante. Os empréstimos à Proindicus (622 milhões de USD), à Mozambique Asset Management (535 milhões de USD) e ao Ministério do Interior, MINT, (221 milhões de USD), todos comerciais, aumentaram o stock total de dívida pública para, pelo menos, 11,6 mil milhões de USD, 78% do PIB, o nível mais alto desde 2005. A componente comercial da dívida pública total aumentou para 49%, 70% da qual é dívida externa.

Alguns analistas e políticos nacionais têm focado a sua crítica na decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e doadores de suspenderem os empréstimos a Moçambique até que a situação da dívida seja esclarecida e renegociada. Como seria de esperar, estas vozes e questões não surgiram quando, três meses antes, o FMI ajudou a financiar a estabilização, de muito curta duração, da moeda nacional a pedido do governo (estratégia muito cara para muito pouco benefício). Além disso, a crise da dívida, as dívidas ilegais, a simultânea explosão e implosão da bolha económica são problemas reais, estruturais, que não foram criados pelo FMI, e que, com ou sem FMI, teriam que ser resolvidos sob risco de a economia de Moçambique entrar em colapso prolongado. Portanto, o nosso primeiro problema é a crise económica criada pelas opções de desenvolvimento do país, e não a forma como o FMI e outros credores e doadores reagem a essa crise anunciada.

Nos últimos cinco anos, apesar das suas crescentes reservas e dúvidas sobre a seriedade e sustentabilidade da estratégia económica do governo, o FMI e a comunidade internacional continuaram a avaliar e elogiar, publicamente, a robustez da economia

moçambicana. Os seus estudos, que apontavam para a necessidade de rever os incentivos fiscais e os contratos com os grandes projectos, para os perigos representados pela taxa de crescimento da dívida pública, em especial da sua componente comercial e doméstica, para a necessidade de cautela e sobriedade na construção das expectativas de longo prazo em torno do carvão e hidrocarbonetos, para os perigos de uma estrutura de investimento público altamente afunilada e deficientemente analisada e planificada, nunca foram amplamente discutidos fora das instituições do governo nem tomados a sério (analistas nacionais, que pegaram nos mesmos assuntos e os trataram com maior profundidade que o FMI, foram ostracizados e transformados em inimigos da Pátria).

Como avalista internacional do sistema capitalista global, o FMI tem alguma responsabilidade na crise moçambicana em três momentos. Primeiro, o seu programa, de duas décadas e meia de austeridade, criou um enorme espaço para endividamento que nunca foi gerido adequadamente. O objectivo era não gastar, em vez de aprender a gastar e gerir bem. Segundo, o FMI avalizou positivamente a economia nacional até há um ano, apesar de todos os sinais de grande perigo que os seus próprios estudos revelavam, o que abriu espaço para a irresponsabilidade fiscal e financeira, tanto do governo como da banca de investimento internacional.

No entanto, quem pôs Moçambique vulnerável, no alvo da ira do FMI e dos doadores e no fogo do sistema financeiro internacional foram as opções económicas do governo anterior, os interesses das oligarquias que serviu, e a cumplicidade das corporações multinacionais e da banca especulativa internacional. O governo daquela época é, certamente, também responsável pelos erros de planificação tão gritantes que criaram pontes sem estradas, aeroportos sem ligações e sinergias, e gastaram 1,4 mil milhões de USD em segurança e logística para projectos que ainda não existem (como são os casos da PROÍNDICUS, da MAM e do empréstimo ilegal para o Ministério do Interior).

A ameaça à economia, à estabilidade, à soberania e à autoestima nacional não reside em o FMI e outros doadores terem, finalmente, reagido, mas na bolha económica que foi esticada até explodir e implodir apesar dos avisos que foram sendo dados ao longo dos anos. Foi a ganância das oligarquias nacionais, apoiada pelo governo e pelo capital internacional, que criou a crise, a instabilidade e a ameaça à soberania económica e financeira de Moçambique.

Precisamos de contextualizar a questão da dívida, de entender a sua estrutura e dinâmicas e de elaborar uma estratégia de reestruturação e desenvolvimento alternativa ao monetarismo do FMI e à ganância especulativa da banca, das multinacionais e das oligarquias nacionais, e precisamos de um governo que se demarque claramente, e com acções, da irresponsabilidade financeira do anterior executivo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a abordagem feita no artigo à volta das dinâmicas de endividamento público em Moçambique ao longo da última década, onde é de importância extrema salientar que esta avaliação da sustentabilidade da dívida pública em Moçambique e no mundo são úteis de um ponto de vista financeiro. No entanto o artigo mostra que, os países em desenvolvimento só vêm a sustentabilidade da dívida como totalmente positiva se fornecer financiamento suficiente para cumprir os seus objectivos nacionais gerais de desenvolvimento.

E não só, o artigo esclarece que o endividamento público constitui uma das principais questões de debate em Moçambique ao longo da última década, com destaque para os últimos cinco anos. Dada a relevância do tema para o País e a necessidade de produzir conhecimento sistemático para alimentar o debate público e influenciar as políticas públicas, o IESE integrou as questões sobre a dívida pública nas suas linhas de investigação.

O argumento sobre os limites da sustentabilidade da dívida é inadequado para aferir a real capacidade da economia para fazer face às obrigações do serviço da dívida.

Enquanto o conceito de sustentabilidade possa ser formalizado de maneira livre de ambiguidades, não é possível um teste de sustentabilidade capaz de indicar de forma inequívoca se a trajetória de endividamento de um país é sustentável. Na prática, a sustentabilidade da dívida, além de envolver grande incerteza quanto ao comportamento de variáveis difíceis de serem antecipadas, depende de opções políticas cuja avaliação envolve a formação de crenças acerca da postura de governos presentes e futuros.

As dívidas ocultas feitas pelo governo moçambicano foram a razão próxima da actual crise da economia moçambicana, que possui muitos outros factores. O choque desta crise, a ser medido pelos principais indicadores macroeconómicos entre 2015 e 2016, foi muito elevado e com efeitos gravosos para a grande maioria da população, sobretudo dos mais pobres. As dívidas ocultas introduzem elementos extraeconómicos de legalidade, legitimidade, de funcionamento das instituições e de prestígio do actual sistema político e do próprio país.

O objectivo principal da avaliação da sustentabilidade da dívida publica deverá ser harmonizar as necessidades de financiamento do desenvolvimento com níveis da dívida sustentáveis. O trabalho de DFI parte sempre desta perspectiva e, portanto, uma análise da sustentabilidade inclui um cenário em que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e outros planos nacionais de desenvolvimento (em que estes tenham sido quantificados) são financiados na íntegra.

REFERÊNCIAS

Autoridade Tributária de Moçambique (vários). **Relatório de Balanço**. República de Moçambique. Castel-Branco, C. N. (2017). «Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique». In: Luís de Brito et al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99-164.

Banco de Moçambique. (Vários anos). **Relatório Anual**. Maputo.

Castel-Branco, C. & Ossemane, R. (2009). **Crises Cíclicas e Desafios da Transformação do Padrão de Crescimento Económico em Moçambique**. In L. Brito, Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (organizadores). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE.

Castel-Branco, C. N. (2016). «Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de Capital». In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, pp. 141-174.

Governo de Moçambique. (Vários anos). **Conta Geral do Estado**. República de Moçambique. Maputo.

<https://journals.openedition.org/cea/2964#:~:text=consequentemente%20significa%20um,electr%C3%B3nico%202182-7400>

https://www.cabrisbo.org/uploads/bia/Mozambique_2019_Execution_External_DebtReport_MinEcosFin_SADC_Portuguese.pdf

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_yibraimo.pdf

<https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Custos-e-consequencias-das-dividasocultas>.

Lakatos, E. (1997). **Fundamentos de metodologia científica**. (3^a.ed.). São Paulo: Atlas.

Chivulele, F. (2016). «Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação». In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, pp. 113-139.

Massarongo, F. A. P. (2010). **A Dívida Pública Interna Mobiliária em Moçambique**.

Ossemane, R. (2010). «Quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique.» In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Economia extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, pp. 111-128.

Simonassi, Andrei. **Função de resposta fiscal, múltiplas quebras estruturais e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil**. 2007. Mimeografado.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUAN VINICIUS BERNARDELLI - Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduado em Economia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University (Austrália). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Possui publicações em diversas áreas da economia, com trabalhos aprovados em revistas como Nova Economia, Journal of Religion & Health, Sustainability, Public Administration Quarterly, Economic Analysis of Law Review, Local Government Studies, Review of Applied Economics, Review of Social Economy, Estudos Econômicos, entre outras.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canavieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

